

A GRAMÁTICA DA REDEMOCRATIZAÇÃO E A INVENÇÃO DO TERMO FAVELA NO RECIFE (1984-1990)

THE GRAMMAR OF REDEMOCRATIZATION AND THE INVENTION OF THE TERM
“FAVELA” IN RECIFE (1984-1990)

Gabriel Fernando Duarte¹

Juliana Alves de Andrade²

RESUMO: Este artigo analisa o uso do termo “favela” na imprensa pernambucana durante as décadas de 1980 e 1990, tomando como fonte principal as edições do Diário de Pernambuco entre 1984 e 1990, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O objetivo é demonstrar como a mídia local construiu representações sobre a favela durante a redemocratização e de que modo essas narrativas produziram estigmas que deslocaram o sentido do termo de uma categoria ligada à habitação precária para um marcador de criminalidade e ameaça urbana. A pesquisa articula revisão bibliográfica e análise documental, com classificação estratificada de 121 matérias selecionadas por amostragem randomizada dentre quase duas mil ocorrências encontradas no jornal. Os resultados revelam as frequentes menções a “favela” no caderno policial, reforçando um enquadramento criminalizante do território.

Palavras-chaves: Favela. Diário de Pernambuco. História Social. Recife.

ABSTRACT: This article analyzes the use of the term “favela” in the Pernambucan press between 1984 and 1990, using editions of the *Diário de Pernambuco* available in the National Library's Digital Newspaper Archives as the primary source. The objective is to understand how local media constructed representations of the favela during the redemocratization period and how these narratives incorporated stigmas that shifted the term's meaning from a category linked to precarious housing to a marker of criminality and urban threat. The research combines bibliographic review and documentary analysis, utilizing a stratified classification of 121 articles selected via random sampling from nearly two thousand occurrences found in the newspaper. The results reveal frequent mentions of “favela” in the police section, reinforcing a criminalizing framing.

Keywords: Favela. Pernambuco Daily. Social History. Recife.

¹Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

²Doutora em História, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto de análise o uso do termo “favela” pela imprensa pernambucana, entre a década de 1980 e a primeira metade da década de 1990. O objetivo principal da pesquisa foi compreender como a mídia tradicional local utilizou essa palavra e produziu estigmas³ em suas páginas diariamente. Compreende-se que os anos do recorte temporal desta investigação são importantes para a história recente do Brasil, especialmente por se tratar de um contexto de abertura democrática após décadas de autoritarismo, ou seja, um momento de valorização do “cidadão”, dos direitos humanos e da democracia. Novamente, o povo brasileiro e pernambucano se viam esperançosos em redefinir os rumos desta nação.

Para além da luta pela democracia, no contexto urbano da cidade do Recife, uma camada importante da população travava uma luta antiga: o direito à moradia. Como aponta Alberto Sousa (2022), entre as décadas de 1950 e 1970, a cidade havia presenciado o fenômeno da “favelização⁴”. Nos anos 1980 e 1990, o noticiário recifense já estava bem habituado com o termo importado do Sudeste⁵, por isso é preciso chamar atenção para o uso dessa nova categoria no cotidiano da capital pernambucana, buscando dados sobre: O que era a favela? Quem eram os favelados? Quais conceitos e/ou estigmas foram formados a respeito dessa população? O que as fontes jornalísticas nos revelam sobre esses espaços? Esses e tantos outros questionamentos buscamos responder neste trabalho.

A favela, como categoria histórica e social, não é apenas um espaço de habitação precária, mas um produto simbólico, construído por discursos, disputas e classificações que produzem lugares sociais. No caso do Recife, esse processo assumiu contornos próprios. Enquanto o termo “mocambo” predominou durante boa parte do século XX como designação de pobreza urbana, associado principalmente ao problema sanitário, a partir das décadas de 1980 e 1990 o termo “favela” passou a ganhar espaço nos jornais locais, especialmente nas páginas policiais, carregado de significados vinculados à criminalidade, informalidade e ameaça à ordem pública. A imprensa tem papel fundamental nessa categorização. Como demonstra Pierre Bourdieu (1989), os meios de comunicação em massa não apenas descrevem o mundo social: eles participam da sua construção, atribuindo classificações, legitimando hierarquias e

³ Segundo Erving Goffman, *estigma* é a diferença entre a identidade que a sociedade espera de alguém e a identidade que a pessoa realmente apresenta, o que pode levar à discriminação e exclusão.

⁴ O termo “favelização” foi amplamente utilizado por urbanistas e gestores públicos, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1980, para designar a expansão acelerada de assentamentos precários nas metrópoles brasileiras.

⁵ O termo “favela” como conhecemos hoje se populariza no contexto do Rio de Janeiro e só depois se espalha pelo Brasil.

naturalizando formas de violência simbólica. Assim, a transição discursiva de “mocambo” para “favela”, no Recife, não representou apenas uma mudança lexical, mas um deslocamento de percepção social, no qual se passou a associar determinados territórios a categorias como “risco”, “invasão” ou “periferia moral”. O termo “favela” então se consolidou na mídia como sinônimo de uma “praga urbana”, essencialmente vista como um espaço de pobreza, desorganização e violência. Uma “infestação”, que a partir de uma visão higienista da cidade, seria um desafio para as autoridades e uma verdadeira ameaça ao cidadão de bem da cidade do Recife e região metropolitana.

É partindo desse contexto que esta pesquisa se insere no campo da História Social e da História do Tempo Presente, buscando compreender como a favela foi representada na imprensa pernambucana entre 1984 e 1994, tomando as páginas do jornal Diário de Pernambuco como fonte principal. É importante ressaltar que, mais do que identificar as formas de estigmatização, propõe-se aqui uma leitura documental que reconheça, nas entrelinhas das narrativas midiáticas, sinais de organização comunitária, produção social e disputas por direitos. Como lembra Jacques Le Goff (1992), os documentos não são registros neutros do passado, mas monumentos produzidos por grupos sociais com interesses específicos. Ao serem utilizados como fonte, devem ser interrogados criticamente, considerando os silêncios, intenções e disputas que os constituem. Tratando a imprensa como documento-monumento⁶, este trabalho busca compreender tanto o discurso hegemônico produzido sobre a favela quanto os vestígios de agência histórica⁷ que nele se inscrevem, ainda que de forma marginal ou fragmentada.

É nesse ponto que Michel de Certeau (1994) oferece uma chave interpretativa importante. Para ele, toda narrativa dominante deixa escapar rastros de práticas cotidianas — aquilo que os indivíduos fazem para sobreviver, organizar-se, negociar sua existência e resistir às classificações impostas. Este artigo busca capturar esses indícios de ação coletiva nas favelas do Recife, revelados, paradoxalmente, pelas mesmas fontes que as estigmatizaram. Assim, mais do que reafirmar a lógica da marginalidade, pretende-se mostrar como moradores de

⁶ Jacques Le Goff (1992) propõe que todo documento deve ser compreendido como “documento-monumento”, isto é, um artefato produzido por determinados grupos sociais com intencionalidade política, carregado de silêncios, hierarquias e disputas. Não se trata apenas de um registro do passado, mas de uma construção que procura impor uma memória específica.

⁷ O conceito de “agência histórica”, amplamente debatido na História Social, refere-se à capacidade dos sujeitos — inclusive aqueles situados em posições subalternizadas — de produzir ações, estratégias e significados que interferem na dinâmica histórica. Mesmo em contextos de opressão, dominação simbólica ou precariedade estrutural, esses sujeitos exercem práticas de resistência, criatividade e negociação, como discutem autores como Thompson (1998) e Certeau (1994).

territórios como Ilha de Deus, Coque, Marrom Glacê e Chão de Estrelas mobilizaram estratégias coletivas, produziram inovação social⁸ e reivindicaram sua participação na cidade.

Vale ressaltar que, durante a pesquisa, foi possível identificar mais de 50 favelas diferentes nas páginas dos jornais do Diário de Pernambuco, seja na zona norte, oeste ou sul da cidade do Recife, inclusive sendo comum encontrar o termo atribuído também a comunidades de outras áreas urbanas da RMR (Região Metropolitana do Recife) e até do município de Caruaru. Algumas aparecem esporadicamente, já outras são mais frequentes, como: “Favela do Coque” (Ilha de Joana Bezerra), “Brasília Teimosa” (Pina), “Entra Apulso” (Boa Viagem), “Roda de Fogo” (Iputinga) e “Ilha de Deus” (Imbiribeira).

Para cumprir o objetivo central deste trabalho, se faz necessário uma “leitura a contrapelo”. Este artigo analisa como a imprensa pernambucana construiu representações sobre a favela durante a década de 1980 e início dos anos 1990, e de que modo, a partir dessas mesmas fontes, é possível identificar sinais de agência¹⁰, produção comunitária e organização social. A análise deste trabalho se organiza em quatro seções: a primeira discute o desenvolvimento historiográfico sobre o tema, destacando a construção dos termos e os limites do paradigma carioca; a segunda apresenta os pressupostos teórico-metodológicos e a justificativa do uso da imprensa como fonte; a terceira analisa os resultados documentais, com ênfase nas práticas comunitárias reveladas nas fontes; e a quarta traz as considerações finais, refletindo sobre o papel da imprensa como produtora de classificações sociais e como arquivo histórico possível para a reconstrução das vozes marginalizadas.

DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

A historiografia sobre as favelas no Brasil tem sido marcada, desde o início do século XX, pela forte influência das experiências do Rio de Janeiro, onde esse tipo de assentamento foi descrito como “problema urbano”, vinculado a discursos higienistas e a percepções de criminalidade e desordem. Esse conjunto de interpretações, construído especialmente por meio

⁸ O conceito de “inovação social” refere-se a soluções coletivas criadas por grupos sociais para superar problemas cotidianos e enfrentar desigualdades estruturais. Diferente da inovação tecnológica empresarial, a inovação social se baseia em práticas comunitárias, autogestionárias e territorializadas, envolvendo a participação direta da população.

⁹ A expressão deriva de Walter Benjamin (1994), que propõe ler as fontes históricas “a contrapelo”, ou seja, buscando nelas aquilo que foi silenciado, distorcido ou apagado pelas narrativas dominantes. Trata-se de um método que privilegia os rastros das experiências subalternizadas.

¹⁰ Na sociologia, *agência* refere-se à capacidade dos atores sociais de agir e atribuir sentido às suas ações. Segundo Alysson Hubner, o conceito varia entre autores: em Weber, destaca-se a subjetividade do agente; em Giddens, a noção de ator competente capaz de transformar estruturas; e em Latour, a agência se amplia para incluir também os não-humanos, formando redes sociotécnicas.

da imprensa e de políticas públicas, deu origem ao que a literatura recente chama de “paradigma carioca”¹¹. Embora fundamental para compreender a construção nacional da ideia de favela, este referencial apresenta limites quando aplicado de forma direta a outras cidades, como Recife, cuja história urbana seguiu trajetórias distintas.

Pesquisadores que estudam a realidade recifense têm demonstrado que, ao contrário do Rio de Janeiro, o termo predominante até meados da década de 1970 era “mocambo”, usado tanto por gestores públicos quanto pela imprensa para designar habitações precárias e populações pobres. A partir das décadas de 1980 e 1990, porém, intensificam-se as menções ao termo “favela”, com uma carga discursiva diferente, mais associada à criminalidade, informalidade e ameaça à ordem urbana (SOUSA, 2022). Esse deslocamento terminológico pôde ser confirmado a partir de nossas pesquisas, que identificou o claro abandono do uso do termo “mocambo” nas páginas do Diário de Pernambuco, ainda na década de 1980. Em seu lugar, o termo “favela” ganhou grande popularidade. É importante destacar que essa novidade não representou apenas uma mudança de vocabulário, mas também a introdução de um novo regime discursivo, em que determinados espaços passaram a ser representados como “risco”, “invasão” ou “periferia moral”, independentemente de sua posição geográfica (LUCENA, 2020).

Vale ressaltar aqui também as contribuições do historiador Luís Domingues Nascimento que, em seu artigo “*Narrativas de um itinerário modernizante na cidade do Recife (1945–1975)*”, explica sobre o grande processo de modernização do Recife ocorrido entre 1945 e 1975. Embora o trabalho de Nascimento não esteja falando especificamente das favelas, sua obra permite compreender que as grandes modificações na cidade não se limitaram à abertura de avenidas e à construção de novos equipamentos urbanos, mas implicou também na expulsão das populações de baixa renda dos espaços centrais da cidade. As reformas urbanísticas, como a implantação da Avenida Guararapes, Avenida Dantas Barreto e outras obras viárias, resultaram na desapropriação de moradias populares e na demolição de becos e vielas dos bairros de Santo Antônio e São José (centrais na configuração recifense), deslocando milhares de famílias para áreas periféricas. Esse deslocamento forçado, somado à expansão desordenada da malha urbana e à especulação imobiliária voltada às classes médias e altas, fomentou a

¹¹ O “paradigma carioca” refere-se à tendência de interpretar as favelas brasileiras a partir da experiência histórica do Rio de Janeiro — sua formação, sua relação com o morro, o samba, o tráfico e as remoções — ignorando especificidades regionais. A historiografia recente tem contestado esse enquadramento generalizador.

chamada “favelização” do Recife, caracterizada pela formação de assentamentos precários que passaram a abrigar os grupos subalternos excluídos dos benefícios da modernização.

Nesse sentido, soma-se a pesquisa de Geane Cavalcanti (2017) a qual contribui para demonstrar que os territórios populares do Recife não devem ser compreendidos apenas como espaços de ausência ou de informalidade, mas como territórios simbólicos, historicamente produzidos por meio de disputas, discursos e práticas sociais. As periferias, segundo a autora, são construídas tanto materialmente quanto discursivamente, e não podem ser reduzidas à sua localização, pois funcionam como categorias sociais e políticas.

Essa abordagem ajuda a compreender como até mesmo áreas centrais, como as comunidades do Coque (Ilha de Joana Bezerra), Pilar (Bairro do Recife), Marrom Glacê (Afogados), foram *periferizadas* simbolicamente, com grande contribuição dada pelos discursos midiáticos.

Milton Santos (1993) ajuda a reforçar essa perspectiva ao afirmar que os territórios urbanos são também construções simbólicas, atravessadas por valores, representações e disputas. Assim, denominações como “favela”, “periferia” ou “invasão” não apenas descrevem, mas produzem realidades sociais. Essa compreensão dialoga com o que apontam também Dagnino e Brandão (2002) ao estudar tecnologias sociais, e com Bignetti (2011), ao tratar da inovação social como prática coletiva, revelando que comunidades populares elaboram soluções institucionais próprias.

Para aprofundar essa análise, é indispensável compreender o papel desempenhado pela imprensa pernambucana, com destaque para o Diário de Pernambuco, o mais antigo periódico em circulação na América Latina. Historicamente alinhado aos interesses das elites agrárias e urbanas locais, este jornal não atuou como um observador neutro das transformações da cidade, mas como um vetor fundamental na formação da opinião pública e na legitimação das intervenções estatais. Como nos lembra Tânia Regina de Luca (2005), os periódicos de grande circulação operam como instrumentos de seleção e ordenamento da realidade, construindo narrativas que validam determinadas visões de mundo em detrimento de outras. No caso do Recife, o Diário desempenhou, ao longo do século XX, uma função pedagógica na criminalização da pobreza, transitando do apoio explícito às campanhas higienistas da Liga

Social Contra o Mocambo¹² nas décadas de 1930 e 1940 – onde a moradia popular era tratada como questão sanitária – para a adoção do discurso policialesco nas décadas de 1980 e 1990.

Essa continuidade discursiva revela que a mudança terminológica de “mocambo” para “favela” nas páginas do Diário de Pernambuco não foi aleatória, mas acompanhou uma reconfiguração das estratégias de controle social. Se no passado a imprensa local estigmatizava o mocambo para justificar sua erradicação em nome da modernidade e da higiene (SOUSA, 2022), no período da redemocratização, a favela passou a ser enquadrada sob a ótica do medo e da insegurança pública. A análise de Lucena (2020) sobre a cobertura midiática da Ilha de Deus corrobora essa perspectiva, demonstrando como o jornalismo hegemônico utilizou seu poder simbólico para fixar identidades negativas sobre territórios específicos, omitindo a agência dos moradores e reduzindo complexas dinâmicas sociais a manchetes sobre violência. Assim, o jornal consolidou-se como um agente ativo na produção da “periferia moral” da cidade, estabelecendo fronteiras simbólicas que segregavam tanto quanto as barreiras físicas urbanas.

Apesar dessa produção, ainda existe uma lacuna historiográfica importante: há poucos estudos que analisam a imprensa pernambucana como agente ativo na produção de classificações sociais, e não apenas como veículo de registro. Embora autores como Sousa (2022) e Lucena (2020) investiguem o deslocamento terminológico entre “mocambo” e “favela”, e Cavalcanti (2017) discuta a dimensão simbólica dos territórios populares, ainda são escassas as análises que examinem sistematicamente os jornais enquanto fontes históricas capazes de revelar tanto os estigmas quanto os rastros de agência presentes nesses espaços. É nesse ponto que este artigo se insere, ao propor uma leitura a contrapelo das fontes jornalísticas entre 1984 e 1994, buscando capturar os mecanismos de estigmatização, mas também os indícios de organização e produção social que emergem nos espaços identificados como favelas.

Desse modo, o presente estudo dialoga com a historiografia recente ao tratar a favela como categoria histórica, simbólica e política, ao mesmo tempo em que busca evidenciar a atuação da imprensa como produtora de narrativas, classificações e fronteiras discursivas. Essa abordagem permite compreender as favelas não apenas como territórios da ausência, mas como espaços de produção histórica, onde se articulam práticas, resistências e disputas por reconhecimento.

¹² Criada em 1939, durante o Estado Novo, a Liga Social Contra o Mocambo (LSCM) foi a principal instituição executora das políticas higienistas no Recife. Seu objetivo declarado era a erradicação dos mocambos, considerados à época como focos de doenças e “vergonha” estética para a cidade, promovendo a remoção de populações pobres das áreas centrais para bairros periféricos e a construção de vilas populares de alvenaria.

CAMINHOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Este trabalho constitui-se como uma pesquisa historiográfica de abordagem qualitativa, fundamentada no cruzamento rigoroso entre a revisão bibliográfica e a análise documental. Enquanto a bibliografia forneceu as categorias analíticas e o aparato conceitual (como estigma, representação, agência e construção discursiva), os documentos permitiram observar como essas categorias se materializam historicamente no contexto específico da imprensa pernambucana entre 1984 e 1990. Dessa forma, a pesquisa não se limita a aplicar interpretações teóricas, mas busca tensioná-las a partir das evidências documentais, reafirmando o caráter interpretativo e crítico próprio do fazer historiográfico.

A fonte principal utilizada é composta por edições do Diário de Pernambuco, consultadas no acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. A busca digital abrangeu o período de 1984 a 1990, devido à ausência de material disponível para os anos seguintes (1991–1994). A prospecção inicial, realizada a partir da busca pelo termo “favela”, revelou quase duas mil ocorrências, o que exigiu a adoção de um procedimento metodológico capaz de lidar com a amplitude do corpus documental sem comprometer a representatividade da análise. Optou-se, então, pela construção de uma busca randomizada: números aleatórios foram gerados com auxílio de inteligência artificial e utilizados para selecionar edições específicas, cujas matérias foram examinadas individualmente.

Cada notícia identificada foi lida, registrada e categorizada segundo três critérios: a editoria em que foi publicada; o(s) assunto(s) central(is) abordado(s); e a localidade mencionada. Desse processo, resultou uma amostra representativa composta por 121 matérias, publicadas entre 1984 e 1990, que foram submetidas a uma leitura estratificada destinada a identificar não apenas a frequência do termo “favela”, mas sobretudo os enquadramentos editoriais em que ele aparecia. Esse procedimento revelou-se fundamental, pois permitiu demonstrar empiricamente a construção do estigma, evidenciando a frequente aparição do termo nas páginas policiais e sua associação com criminalidade e desordem.

A análise documental foi guiada pelas contribuições metodológicas de Tânia Regina de Luca (2005), partindo do pressuposto de que os periódicos não são espelhos neutros da realidade, mas produtores de discursos, sujeitos históricos que selecionam, hierarquizam e silenciam informações conforme interesses políticos e editoriais específicos. Assim, o Diário de Pernambuco não foi examinado apenas como veículo de registro, mas como agente ativo na construção de classificações sociais.

Superada a etapa de identificação dos padrões de estigmatização, a análise avançou a partir de procedimentos próprios da História Social, especialmente a leitura indiciária¹³ e a leitura “a contrapelo”, inspirada nos pressupostos de Michel de Certeau. A partir dessas abordagens, buscou-se deslocar o olhar da narrativa explícita, que é marcada pela violência, pelo sensacionalismo e pela criminalização, para os indícios marginais que revelam práticas comunitárias, inovação social e disputas por direitos. Esses fragmentos, articulados com a bibliografia especializada, permitiram identificar rastros de agência histórica dos moradores, ainda que inscritos de forma fragmentada em um discurso que por vezes tendia a apagá-los.

Por fim, a revisão bibliográfica operou como instrumento metodológico de contextualização e validação, fornecendo parâmetros para historicizar categorias como “favela”, “periferia”, “inovação social” e “agência”. O diálogo permanente entre teoria e documento estruturou toda a investigação, permitindo compreender como as representações jornalísticas não apenas descrevem a realidade, mas atuam como práticas simbólicas que produzem classificações, legitimam desigualdades e organizam a percepção social. A metodologia aplicada, portanto, não buscou apenas coletar informações: buscou revelar, sob a superfície do discurso, as tensões e complexidades que constituem a experiência histórica das favelas recifenses.

POR UMA HISTÓRIA DAS FAVELAS E A TRANSIÇÃO DISCURSIVA DO JORNAL

Antes de aprofundar a análise documental, é necessário apresentar os fundamentos conceituais construídos durante a pesquisa PIBIC (final de 2024 a agosto de 2025), etapa que orientou o recorte temático e metodológico deste artigo. Foi nesse processo que se consolidou a percepção de que os termos subúrbio, periferia e favela, apesar de utilizados como sinônimos no senso comum, possuem significados históricos, geográficos e simbólicos distintos. De acordo com Santos (1993), subúrbio refere-se, historicamente, às áreas que, embora afastadas do centro urbano, permanecem integradas ao seu funcionamento e infraestrutura. No Recife, tal designação esteve ligada às zonas atravessadas pela malha ferroviária e próximas à lógica do “Recife metropolitano”, não necessariamente associadas à marginalidade urbana.

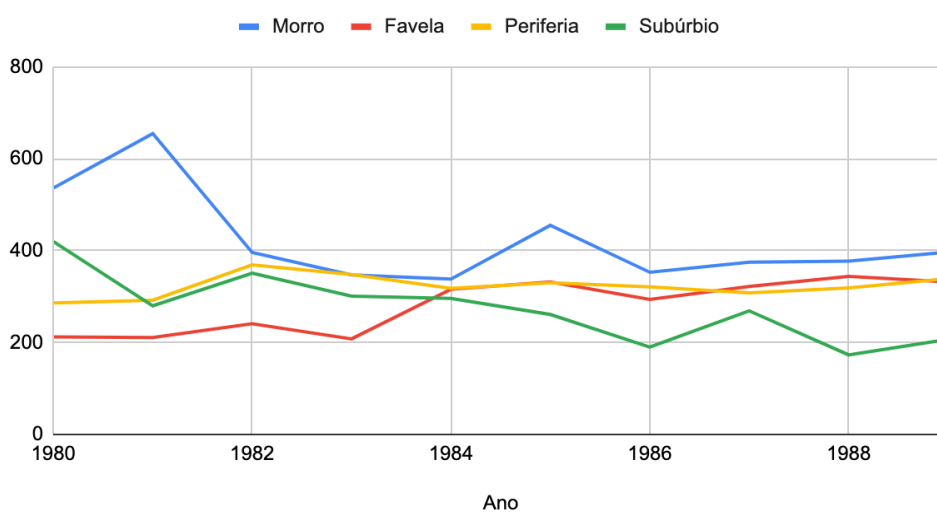
¹³ A leitura indiciária, proposta por Carlo Ginzburg (1989), consiste em identificar vestígios mínimos, sinais e pistas aparentemente secundárias nas fontes, interpretando-as como reveladoras de práticas sociais e experiências ocultadas pelas narrativas oficiais.

Já a categoria periferia, como observa Cavalcanti (2017), ganha relevância nos debates urbanos das décadas de 1970 e 1980, vinculada ao crescimento desordenado das cidades, às políticas de planejamento e à ausência ou precariedade dos serviços públicos. Trata-se de um conceito associado principalmente à lógica da urbanização e da segregação espacial, mas ainda sem a carga moral presente na acepção contemporânea de favela.

Lucena (2020) destaca que é somente nos anos 1980 que o termo favela adquire centralidade na linguagem midiática e acadêmica, deixando de ser apenas uma designação espacial para se tornar uma categoria marcada por forte conteúdo simbólico, moral e político. Diferentemente de periferia, favela opera como categoria de acusação social, frequentemente acionada para designar territórios entendidos como perigosos, ilegais e improváveis (Sousa, 2022). Essa compreensão orientou a centralidade do termo neste artigo, pois permite tratar a favela não apenas como localidade, mas como construção discursiva historicamente situada. Para entender o uso dos termos no jornal Diário de Pernambuco no período de 1980-1990, mapeamos a presença dos termos no periódico. Usamos uma amostragem, que durante a década de 1980, o volume de publicações disponíveis é muito estável, variando entre 353 e 363. Nossa intenção era acompanhar as mudanças e tendências na gramática no período da redemocratização, conforme pode ser observado no gráfico 1:

Gráfico 1: Ocorrência dos Termos Morro, Favela, Periferia e Subúrbio no Diário de Pernambuco (1980-1990)

Morro, Favela, Periferia e Subúrbio



Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme, pode ser observado no gráfico 1, os termos Morro, Favela, Periferia e Subúrbio passa por grande variação no número de sua presença. Tomando como referência a hierarquia de presença (número de publicações) ao final da década de 1980, podemos encontrar a palavra *Morro*, tem presença em 241 publicações configurando “o mais usado” durante a década, o termo *Favela* irá aparecer em 226 publicações, sendo “o uso da palavra que mais cresceu no período”, juntamente com o termo *Periferia*, que se “mantém em alta na temporalidade mencionada”. Diferente da palavra *Subúrbio*, que “perdeu espaço” e esteve presente em 159 publicações.

Nesse sentido, observa-se que no período de 1980 a 1989 marca uma transição discursiva, enquanto termos tradicionais e geográficos como “morro” e “subúrbio” dominavam o início da década, observa-se o fortalecimento dos termos “periferia” e, principalmente, “favela”, que termina o período com um crescimento de quase 50% em sua frequência de uso, sinalizando uma possível mudança na forma como esses espaços eram categorizados pela mídia ou academia. Cabe ressaltar que o pico de menção (maior número absoluto de ocorrências do termo) é o ano de 1988, o que pode estar relacionado ao contexto histórico da Assembleia Constituinte no Brasil. Nota-se que em 1980, cerca de 42% das publicações falavam de favelas. Já em 1989, esse número subiu para 63%, demonstrando que o tema ganhou muito mais relevância editorial ou acadêmica no período.

11

Observa-se também que, diferente do termo “favela”, que começou com 151 publicações em 1980, o termo “periferia” já começou mais forte, aparecendo em 199 publicações no mesmo ano. O ápice de publicações que utilizou o termo “periferia” ocorreu em 1982 (231 publicações e 369 ocorrências). Isso sugere que, no início da década de 80, “periferia” era um termo mais consolidado ou preferido em relação a “favela”. Ao contrário de “favela”, que mostrou um crescimento constante, “periferia” apresenta uma oscilação maior, terminando a década (1989) com números muito próximos aos de 1982. Em vários anos (como 1982 e 1983), a proporção de ocorrências por publicação é alta (cerca de 1,6 ocorrências por matéria), indicando um uso denso do conceito dentro dos textos.

O termo “periferia” foi quantitativamente mais utilizado que “favela” durante a década de 80. Isso pode indicar uma preferência por um termo considerado mais “técnico” ou abrangente pela fonte dos dados na época. O termo “subúrbio” era o mais forte no início da década. Em 1980, ele aparecia em 213 publicações (contra 151 de “favela” e 199 de “periferia”). Ao contrário de “favela” (que cresceu) e “periferia” (que oscilou mas se manteve), o termo

"subúrbio" apresenta uma queda nítida ao longo da década. O declínio sugere que o termo "subúrbio" pode ter sido gradualmente substituído por termos com conotações mais específicas (sociais ou geográficas) como os analisados anteriormente. Do mesmo modo, observa-se com o termo mocambos/mucambos.

A favela, no imaginário acadêmico e social, raramente foi tratada como um espaço de sujeitos históricos; ela foi, e largamente ainda é, vista como um "problema" a ser gerenciado pelo Estado ou um "cenário" a ser explorado pela mídia. As fontes tradicionais (jornais, relatórios oficiais, documentos públicos) são, em sua vasta maioria, documentos produzidos sobre a favela, e não pela favela. A voz do morador, sua agência e sua experiência cotidiana, surge quase sempre de forma fragmentada, mediada pelo discurso higienista, pela estatística sociológica ou pela crônica policial. A história que buscamos não está na superfície das manchetes, mas nos vestígios que a própria narrativa hegemônica não conseguiu apagar. Nossa tarefa é, portanto, ler "a contrapelo" essas fontes por vezes hostis para resgatar a favela como um espaço de produção histórica legítima, habitado por sujeitos dotados de agência, cultura e estratégias políticas próprias. A Historiografia Pernambucana, em particular, parece demonstrar um notável desinteresse pela periferia urbana ao longo do século XX. Enquanto produziu estudos canônicos sobre o período colonial, o ciclo açucareiro ou mesmo sobre o "mocambo" em sua fase inicial, ela silenciou de forma profunda quando esse mesmo mocambo se transformou e se massificou como "favela". A experiência de centenas de milhares de recifenses que construíram a cidade informal na segunda metade do século XX permaneceu, para o campo da História local, como um ponto cego, talvez desinteressante de ser contada.

Essa negligência do campo da História abriu um vácuo, que foi prontamente preenchido por outras disciplinas. Não é coincidência que os trabalhos mais fundamentais para esta pesquisa venham da Arquitetura, como *Do mocambo à favela* (Sousa, 2022), ou do Desenvolvimento Urbano, como *A Invenção da Ilha de Deus* (Lucena, 2020). Embora esses estudos sejam de valor inestimável, eles naturalmente analisam o fenômeno a partir de suas próprias lentes — o espaço, o planejamento, a política pública. O que se perdeu, e o que este trabalho busca resgatar, é a análise propriamente histórica: a compreensão da favela como um processo vivo, uma experiência humana dotada de temporalidade, cultura política e estratégias de resistência que definem a própria História Social do Recife.

Contudo, é preciso valorizar trabalhos que mesmo não tendo como foco apenas as favelas, nos ajudam a compreender a consolidação desses espaços na capital pernambucana. O

historiador Luís Domingues Nascimento, em seu artigo “*Narrativas de um itinerário modernizante na cidade do Recife (1945–1975)*”, explica que o processo de modernização do Recife, durante o século XX, especialmente entre 1945 e 1975 (seu foco de análise) não se limitou à abertura de avenidas e à construção de novos equipamentos urbanos, mas implicou também na expulsão das populações de baixa renda dos espaços centrais da cidade. As reformas urbanísticas, como a implantação da Avenida Guararapes e outras obras viárias, resultaram na desapropriação de moradias populares e na demolição de becos e vielas, deslocando milhares de famílias para áreas periféricas. Esse deslocamento forçado, somado à expansão desordenada da malha urbana e à especulação imobiliária voltada às classes médias e altas, fomentou a chamada “favelização” do Recife, caracterizada pela formação de assentamentos precários que passaram a abrigar os grupos subalternos excluídos dos benefícios da modernização.

O recorte temporal desta pesquisa, de 1984 a 1994, não é apenas uma delimitação cronológica; é o epicentro de um dos paradoxos mais dramáticos da História do Tempo Presente no Brasil. De um lado, foi um período de imensa esperança política, marcado pelo esgotamento da Ditadura Civil-Militar e pela intensa mobilização social que culminou na promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988. Pela primeira vez, conceitos como “função social da propriedade”, “gestão democrática da cidade” e, acima de tudo, “cidadania” deixavam de ser utopias para se tornarem ferramentas legais, inflamando o debate sobre direitos humanos e sociais. Os movimentos populares, antes reprimidos, ganhavam uma nova voz e legitimidade.

Do outro lado, essa conquista política colidiu frontalmente com um colapso econômico devastador. A “década perdida” foi definida pela hiperinflação, um fenômeno que corroía o poder de compra diariamente, tornando a mera sobrevivência uma luta. O Brasil voltava ao Mapa da Fome. A população mais pobre, que era a principal audiência das promessas da nova Constituição, era também a maior vítima da inflação que dizimava seus salários. Foi nesse vácuo, entre a promessa de direitos e a realidade da fome, que a favela recifense se expandiu. No contexto específico do Recife, esse período também marca o fim discursivo de uma era. A figura do “mocambo”, historicamente o alvo principal das políticas higienistas locais, como a Liga Social Contra o Mocambo (LSCM), começava a desaparecer do debate público. Como aponta Alberto Sousa (2022), o termo “favela”, uma importação discursiva do Sudeste, consolida-se exatamente nas décadas de 1970 e 1980. Portanto, os sujeitos históricos que analisamos não são mais os “mocambeiros” (vistos como um problema sanitário), mas os novos

"favelados". E, como veremos, essa nova palavra trará consigo um novo e muito mais perverso conjunto de estigmas, moldados pela urgência da crise econômica e pela nova ansiedade urbana.

A narrativa construída sobre a periferia não era uma de falha econômica ou de luta por direitos. Era, fundamentalmente, uma narrativa de medo. O "favelado" não era apresentado como o novo cidadão que lutava pela Constituição, mas como o novo bárbaro que ameaçava a cidade formal. A própria transição do termo "mocambo" (um problema sanitário) para "favela" (um problema de segurança) foi a ferramenta discursiva que permitiu essa mudança de foco. O processo de "favelização" não era visto como o resultado da luta de um povo por moradia, mas como o avanço de uma doença social ou uma "infestação" que assolava a cidade do Recife e ameaçava o vislumbre de uma cidade higienizada ao gosto da classe média.

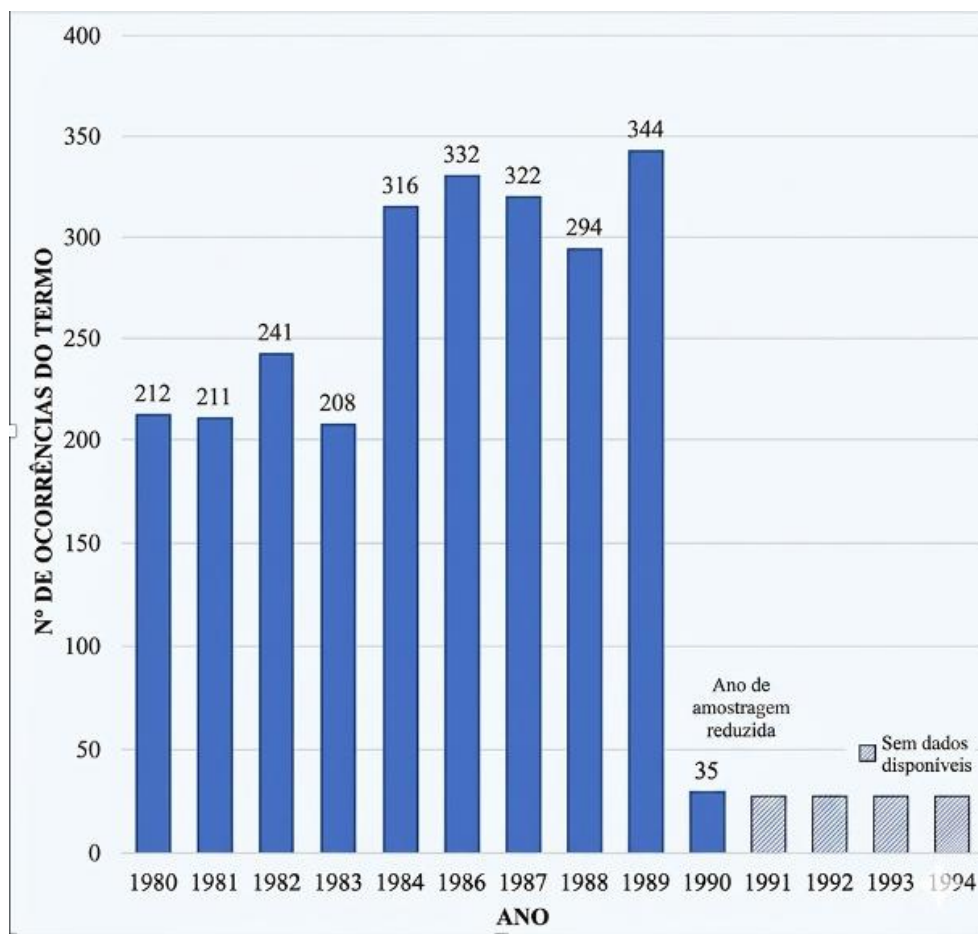
A mídia, como agente modelador desse discurso, veiculava uma imagem profundamente seletiva. Os resultados da nossa pesquisa de PIBIC são a prova material dessa seleção: quase um terço de tudo que se veiculava com a palavra "favela" estava nas páginas policiais. A imagem formada, portanto, era a de um território sem lei, um "não-lugar" onde o Estado só entrava na forma de repressão ou para acudir aqueles pobres miseráveis que viviam nesses espaços. A favela era descrita por sua ausência: ausência de saneamento, ausência de ordem, ausência de moral e, como no caso mais extremo da "Ilha Sem Deus", até mesmo a ausência de Deus.

Essa cobertura insistente cristalizou uma série de estereótipos que, infelizmente, perduram até hoje. O morador da favela foi reduzido a duas figuras: ou o criminoso (o "vagabundo", o "traficante") ou a vítima passiva (o "miserável", o "carente" que espera ajuda externa). A imprensa foi fundamental na criação da dicotomia entre o "cidadão de bem" (o morador da cidade formal) e o "favelado" (o outro). Como a historiografia sobre o Rio de Janeiro demonstra, esse discurso remonta ao início do século, associando os moradores a uma "preguiça atávica" ou a "hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição". Ao adotar essa narrativa, a imprensa recifense dos anos 80 não apenas noticiava a pobreza; ela a criminalizava, fornecendo a justificativa moral para a contínua negligência do Estado.

A narrativa da imprensa sobre a favela nos anos 1980 é, em essência, uma história de *ausência*: ausência de lei, de moral, de saneamento e de Deus. O olhar do historiador, contudo, deve ler o que está *presente*. Ao mergulhar nessas mesmas fontes, descobrimos que elas registram, involuntariamente, um cenário de intensa presença: a presença de organização política, de inovação tecnológica e de uma sofisticada consciência cidadã. A favela é tema

frequente do jornalismo. Em uma análise quantitativa, foi possível identificar 2835 ocorrências, em cerca de 1969 edições diferentes do Diário de Pernambuco, a partir do que está disponível digitalmente. Essa análise precisa levar em consideração eventuais falhas na qualidade das digitações e edições do jornal que nem sequer foram digitalizadas. Ou seja, é provável que a favela tenha sido assunto de mais matérias do Diário. Segue gráfico 2 com a ocorrência do termo “favela” durante a década de 1980 e 1990:

Gráfico 2: Ocorrências do termo “favela” no jornal diário de Pernambuco (1980-1990)



Fonte: Elaboração dos autores com base no jornal Diário de Pernambuco

Tendo em vista a grande quantidade de matérias, foi promovida uma análise qualitativa estratificada, analisando entre 15 e 20 matérias por ano do recorte temporal. As matérias foram então submetidas a uma leitura estratificada para identificar os enquadramentos editoriais e os vestígios de agência popular. Era preciso entender como a favela era pautada, o que era reproduzido a respeito das comunidades e de seus moradores. As matérias

analisadas foram escolhidas de forma randomizadas, lidas na íntegra e categorizadas. A análise deste conjunto documental evidenciou a amplitude do fenômeno da “favelização” no imaginário midiático recifense. Somente entre 1984 e 1990, mais de cinquenta localidades diferentes foram classificadas como “favela” nas páginas do Diário de Pernambuco. Esse dado quantitativo ganha densidade quando observado em diálogo com a distribuição editorial das matérias: quase um terço aparece no caderno de “Polícia”. A partir disso, torna-se possível perceber a construção de uma narrativa que associa esses territórios à criminalidade e à violência urbana. No discurso jornalístico predominante, a favela surge ora como espaço de ameaça, ora como lugar de carência extrema, habitado por pessoas vistas como perigosas ou incapazes, ou coitadas.

Essa lógica estigmatizante não se restringe ao noticiário policial. Ela também se manifesta nos textos publicados nos cadernos “Cidade” e “Opinião”, especialmente quando tratam de temas como habitação popular, urbanização e pobreza. Em muitos momentos, o vocabulário utilizado assume um tom marcadamente desumanizador. Chega-se, por exemplo, a descrever a presença de moradias precárias como uma “infestação” no espaço urbano, reforçando a ideia de que a favela seria um problema a ser eliminado. O uso desse tipo de linguagem, de caráter sanitarista e moralizador, reforça não apenas a segregação territorial, mas também uma desqualificação moral dos moradores, uma verdadeira desumanização dos moradores.

Apesar disso, uma leitura mais atenta (uma leitura “a contrapelo”) revela um cenário mais complexo do que o sugerido pelas narrativas hegemônicas. As reportagens mostram que os moradores desses territórios não eram figuras passivas diante da situação em que viviam. Pelo contrário, a própria imprensa se torna, em diversos momentos, um espaço de reivindicação e denúncia, utilizado pelos populares para cobrar ações do poder público, contestar decisões administrativas ou expor promessas políticas não cumpridas. Assim, ainda que marcados por estereótipos, muitos desses textos trazem indícios da capacidade de articulação social e política desses grupos.

Nesse processo, as associações de moradores e outras formas de organização comunitária aparecem como atores centrais. Elas surgem nas entrelinhas das notícias assumindo papéis que deveriam ser do Estado: coordenação de melhorias urbanas, reivindicação de serviços básicos, mobilização por políticas habitacionais e até iniciativas de apoio à subsistência local. Dessa forma, ainda que o discurso dominante tentasse enquadrar

esses territórios como “casos de polícia” ou como espaços de desordem, a documentação jornalística acaba registrando, muitas vezes de forma involuntária, a atuação ativa de sujeitos que, no cotidiano, disputavam reconhecimento e direitos, contribuindo de forma concreta para a construção de suas comunidades.

A forma mais sofisticada de agência foi a batalha pela própria narrativa. A imprensa dos anos 80 cometeu uma violência simbólica ao popularizar o nome "Ilha Sem Deus". Como documenta a dissertação de Lucena (2020), a comunidade não aceitou passivamente esse batismo de miséria. Eles contra-atacaram. A criação de organizações locais, como a Ação Comunitária Caranguejo Uçá, foi um ato de guerra discursiva. Eles usaram a "mídia independente" (rádio, teatro) para criar sua própria história. Eles rejeitaram a identidade de "carentes", que atrai a caridade, mas perpetua a submissão, e se afirmaram por sua identidade de trabalho e orgulho: a de "território pesqueiro". Ao fazerem isso, esses sujeitos históricos confrontam diretamente a narrativa da imprensa. Os moradores da Ilha queriam o direito de poder nomear, e, portanto, o poder de *ser*. Para este caso, vale trazer a matéria produzida pelo Diário de Pernambuco, no dia 5 de janeiro de 1984.

Imagem 1: Ilha sem Deus, por Luiz Alves Lacerda.



Fonte: Diário de Pernambuco, 1984.

Ilha sem Deus

A "Ilha Sem Deus" é hoje uma "Ilha Com Deus", palavras do prefeito Joaquim Francisco, da cidade do Recife, ao se dirigir a 300 famílias residentes na comunidade mais miserável que se construiu no Recife. Como primeiro benefício, o sistema de iluminação que custou ao Governo do Estado, cerca de Cr\$ 18 milhões de cruzeiros, depois, a escola, concluiu o prefeito. A "Ilha Sem Deus" fica nas cercanias do Pina. É uma ilha coberta de mangues sem dispor de água potável. Seus moradores sofrem além do problema social que lhes fustigam, os ataques constantes dos importunos maruins. Há pouco, estivemos ali quando rabiscamos uma nota para esta seção, na qual, falamos também dos moradores das palafitas que margeia a ferrovia sul, outra favela que infesta a cidade do Recife. A "Ilha Sem Deus" é uma réplica da ex-favela do Canindé, em São Paulo, onde se projetou Maria Carolina de Jesus, a favelada escritora, hoje falecida. Uma dialética difícil de ser entendida por aqueles que dispõem de recursos capaz de minorar o drama dessa gente menos favorecida da sorte. Quando falamos da 'Ilha Sem Deus', alertamos para a necessidade de assistência social e religiosa para aquela comunidade. Hoje, a 'Ilha Sem Deus' é uma 'Ilha Com Deus'. Graças a Deus. Luiz Alves Lacerda - Cabo (Diário de Pernambuco, 1984, nº4, página 6, **Transcrição**).

A partir da matéria destacada e transcrita, é possível identificar de forma clara como a imprensa recifense construiu uma representação profundamente marcada por paternalismo, religiosidade moralizante e estigmatização territorial. A “Ilha de Deus” aparece reiteradamente como espaço do “abandono”, da “miséria absoluta” e da “falta de civilização”, frequentemente descrita como “Ilha Sem Deus”. Essa escolha lexical não é aleatória: ela reforça a ideia de que a favela é um território onde faltaria não apenas infraestrutura, mas também ordem, moralidade e humanidade. Trata-se de uma estratégia discursiva que transforma a precariedade urbana em déficit moral, deslocando para os moradores a responsabilidade por problemas historicamente produzidos por desigualdade estrutural, ausência de políticas públicas e negligência do Estado. Quando o prefeito afirma que a “Ilha Sem Deus é hoje uma Ilha Com Deus”, a matéria legitima uma lógica de gratidão e tutelamento: o poder público aparece como uma força salvadora que “leva luz”, “leva escola”, “leva Deus” — e não como agente historicamente responsável pela exclusão que ali se consolidou.

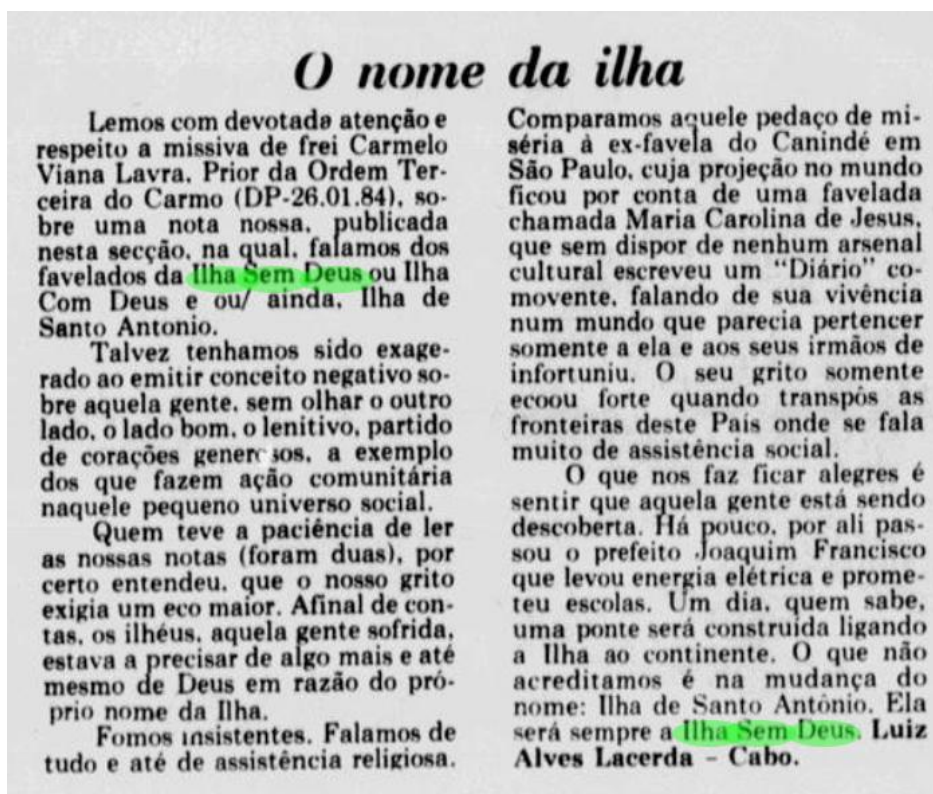
Além disso, as matérias estabelecem paralelos moralizantes e literários, como a referência a Carolina Maria de Jesus, mas não para valorizar a potência intelectual da escritora, e sim para reforçar a “dialética difícil do favelado”, supostamente incompreensível para quem vive fora daquele espaço. A favela é descrita não como território de sujeitos políticos, mas como espaço de “gente menos favorecida”, “esquecidos de Deus”, que dependem da assistência social e religiosa para sobreviver. A metáfora dos “esquecidos de Deus e dos homens” opera um duplo apagamento: desumaniza os moradores e naturaliza a ausência do Estado, como se a exclusão fosse parte de uma ordem divina e não o resultado histórico de decisões políticas concretas. Ao insistir na oposição entre os moradores de bairros formais, (como Boa Viagem, Espinheiro, Boa Vista) e os habitantes da Ilha de Deus ou de Joaneiro, o texto reforça uma geografia moral da cidade, onde certos territórios são vistos como dignos de proteção e outros apenas como cenários de tragédia e piedade.

Nesse conjunto de representações, não há espaço para reconhecer a agência, a organização comunitária ou as estratégias de sobrevivência elaboradas pelos próprios moradores. A imprensa, nesses casos, cumpre exatamente o papel apontado por Bourdieu: produz e legitima classificações sociais que reforçam hierarquias e naturalizam a desigualdade. A Ilha de Deus é narrada como problema, como falha, como mancha urbana que precisa ser “assistida” ou “salva”, e jamais como território de luta, trabalho, inovação social e reivindicação. O discurso jornalístico captura apenas a superfície da miséria, apagando a

história, a cultura, as economias locais e o protagonismo dos moradores. Essas matérias, portanto, constituem documentos privilegiados para compreender como se consolidou, nos anos 1980, um imaginário profundamente estigmatizante sobre as favelas do Recife — e, paradoxalmente, evidenciam o quanto era necessário produzir leituras para recuperar as vozes silenciadas sob esse enquadramento.

Tempo depois, o Diário de Pernambuco chegou a publicar uma pseudo-retratação, diante do protesto de carmelitas que faziam trabalho religioso na comunidade e não aceitavam bem a alcunha de “Ilha Sem Deus”, tendo em vista que havia trabalho da Igreja Católica na Ilha. Contudo, Luiz Alves Lacerda faz questão de reafirmar sua visão sobre a localidade, conforme matéria do Diário de Pernambuco, publicada no dia 3 de fevereiro de 1984.

Imagem 2: Matéria intitulada o nome da Ilha, caderno de opinião (página 6).



Fonte: Diário de Pernambuco, 1984.

A insistência de Luiz Alves Lacerda em classificar a Ilha de Deus como “Ilha Sem Deus” revela mais do que uma opinião individual: evidencia o modo como o Diário de Pernambuco abria espaço e legitimava discursos profundamente moralizantes e estigmatizantes sobre as favelas da cidade. Seus textos, publicados com frequência na seção de cartas ou pequenos

comentários, demonstram que havia no jornal uma disposição editorial para acolher e difundir interpretações baseadas na falta, na carência espiritual e no paternalismo religioso. Mesmo quando Lacerda admite ter sido “exagerado” na primeira nota, reafirma a convicção de que, independentemente das melhorias urbanísticas ou da presença de políticas públicas, a comunidade “será sempre a Ilha Sem Deus”. Essa insistência revela que sua escrita não funciona apenas como opinião pessoal, mas como parte de um discurso maior, reiterado e amplificado pelo próprio jornal. Como cronista colaborador, Lacerda ocupava um espaço simbólico importante dentro do Diário de Pernambuco: representava a visão de uma classe média conservadora que via a favela como deficiência moral e não como resultado da desigualdade histórica. A presença recorrente desse tipo de texto mostra que o jornal não apenas retratava a favela de modo estigmatizante, mas também se tornava canal ativo de produção e circulação dessas classificações, reforçando o imaginário de que certos territórios e populações estavam, por natureza, afastados da ordem e da “civilização”.

A imagem repetidamente veiculada pelo Diário de Pernambuco, especialmente nas notas de autores como Luiz Alves Lacerda, contrasta frontalmente com a interpretação apresentada por Victor Hugo Lucena (2020) sobre a formação histórica e social da Ilha de Deus. Em vez de uma comunidade “abandonada”, “sem Deus” ou moralmente degradada, Lucena demonstra que a Ilha foi constituída a partir de práticas territoriais profundamente enraizadas, vinculadas ao trabalho pesqueiro, à circulação pelo mangue e à construção coletiva de uma territorialidade própria. A favela não emerge como espaço do déficit, mas como território de saberes, de redes de parentesco, de sociabilidades específicas e de relações produtivas estabelecidas com o rio e o manguezal.

O que os discursos jornalísticos interpretavam como miséria essencializada (e que o jornal reforçava ao dar visibilidade a narrativas moralizantes) aparece, na leitura de Lucena, como resultado de formações discursivas externas que desconsideravam a complexidade da vida local. Assim, a “Ilha Sem Deus” denunciada pelo Diário não corresponde à Ilha de Deus analisada pela pesquisa histórica: uma comunidade que, longe de ser carente de moralidade ou de sentido social, construiu suas próprias formas de organização, trabalho e resistência, mas que foi sistematicamente silenciada e reinterpretada por discursos externos que buscavam fixá-la como lugar da falta e não da produção de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu de uma constatação quantitativa — a recorrência do termo “favela” no caderno policial, e frequentemente ligado a matérias sobre pobreza e violência urbana no Diário de Pernambuco entre 1984 e 1990 — para evidenciar um processo histórico mais amplo: a fabricação de um imaginário que criminalizava determinados territórios e naturalizava desigualdades produzidas ao longo de décadas. A análise documental mostrou que a imprensa desempenhou papel ativo na consolidação dessas representações, mas revelou também que, por entre as fissuras do discurso hegemônico, emergiam indícios de organização, reivindicação e produção coletiva da vida. Nesse sentido, a favela recifense da redemocratização não corresponde à imagem de caos e ausência projetada pelos jornais: ela aparece como espaço de trabalho, de luta e de invenção cotidiana.

REFERÊNCIAS

ASSENSIO, Cibele Barbalho; SOARES, Roberta. **Estigma – Erving Goffman**. Enciclopédia de Antropologia, São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2022. Disponível em: <<https://ea.fflch.usp.br/conceito/estigma-erving-goffman>>. Acesso em: 3 dez. 2025

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão em um campo em construção. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 3-14, 2011. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040>. Acesso em: 15 nov. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRUM, Mario; BENMERGUI, Leandro; GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas no centro: história e memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e resistência dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955-1988)**. 2017. 170 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <<https://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/6765/2/Geane%20Bezerra%20Cavalcanti.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2025.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio. **A relação entre a ciência, a tecnologia e a sociedade. Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 55-86, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HUBNER, Alysson. **Agência na Sociologia: os diferentes usos do conceito de agência em Weber, Giddens e Latour**. *Ponto-e-Vírgula*, v. 1, n. 33, 2023. São Paulo: PUC-SP. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/54662>>. Acesso em: 9 dez. 2025

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LOPES, Daniel Paulino Teixeira. **Tecnologia social: uma discussão conceitual e uma proposta de avaliação**. 2010. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

LUCENA, Victor Hugo Araújo Montenegro de. **A invenção da Ilha de Deus: significados da pobreza urbana e formações discursivas em torno de uma comunidade pesqueira do Recife**. 2020. 157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/57258>>. Acesso em: 28 out. 2025.

MARTINS, Ananda de Melo. **Rede de Resistência Solidária: resistência e cotidiano na luta pelo direito à Cidade em Recife - PE**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, 2009

MONTEIRO, Alcides. **Inovação social: uma introdução**. In: MONTEIRO, Alcides et al. (org.). **Inovação social e desenvolvimento territorial**. Florianópolis: DV, 2019.

NASCIMENTO, Luís Domingues do. **Narrativas de um itinerário modernizante na cidade do Recife (1945-1975)**. *Revista Latino-Americana de História*. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/675>>. Acesso em: 05 dez. 2025.

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira de. **Sobre as origens da favela**. *Mercator*, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 33-48, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/651>>. Acesso em: 05 dez. 2025.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA DE JESUS, Likem Edson. **A periferia como questão: escalas, conceitos e políticas**. São Paulo: Annablume, 2021.

SOUSA, Alberto. **Do mocambo à favela: Recife, 1920-1990**. 2. ed. João Pessoa: Ed. do Autor, 2022.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela:** do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.